

## VIVER EM FAMÍLIA – QUE TIPO DE FUTURO NÓS TERAPEUTAS FAMILIARES PODEMOS AJUDAR A CONSTRUIR

Marilene A. Grandesso<sup>1</sup>

“O que gostaria de conservar na família no terceiro milênio:  
seus aspectos mais positivos: a solidariedade, a fraternidade,  
ajuda mútua, os laços de afeto e o amor.

Belo sonho”

(Michelle Perrot)

É lugar comum nos discursos do cotidiano, afirmar que vivemos uma época de mudança de paradigma. Não apenas as ideologias e tradições são questionadas e colocadas em xeque, mas também todas as formas de organização da vida humana, incluindo a vida em família e a família como instituição (PINSOLF, 2002). Padrões universais e oficiais de verdade, objetividade, racionalidade e moralidade, desde a segunda metade do século XX, vêm sendo crescentemente questionados (GERGEN & GERGEN, 2004), resultando numa constante convivência com a insegurança e, por que não dizer, com a desesperança para os que acreditavam que o progresso da ciência tradicional poderia favorecer o alcance da felicidade para pessoas em geral, famílias e casais.

Em relação ao tema levantado neste trabalho, a primeira questão que se apresenta é - como falar em futuro da família, num mundo globalizado, sem fronteiras, mudando para nós pessoas e terapeutas, à velocidade da luz? Como pensar o futuro ao abandonarmos o paradigma da ciência tradicional, que nos servia de referência para nossa busca de conhecimento seguro a partir do qual poderíamos fazer nossas previsões? Certamente não podemos pensar em fazer antecipações seguras, mas sim, algum tipo de reflexão, capaz de ampliar a consciência crítica sobre as conseqüências de nossas ações a serviço de uma postura mais responsável, tanto individual como relacionalmente falando. Tendo o presente como porta de entrada e o futuro como uma derivação possível, podemos colocar em tela de juízo nossas ações no viver cotidiano e nas práticas a seu serviço, de modo a poder considerar suas implicações e fazer escolhas

---

<sup>1</sup> Publicado no livro organizado por R. M. S. Macedo (2008) *Terapia Familiar no Brasil na última década*. São Paulo: Editora Roca.

preferidas a serviço de um bem comum. Nesse contexto, o que podemos ter é a ousadia de vislumbrar um horizonte que, por mais que possamos nos esmerar em antever, certamente nos será surpreendente, da mesma forma que vem sendo a construção de nosso presente.

Assim, mais do que uma proposta visionária de futuro, esse trabalho apresenta-se como um exercício modesto de reflexão, tendo como pretensão, promover o diálogo em torno da prática da terapia e a responsabilidade do terapeuta como agente de transformação social. Vou partir de flashes de contextualização da família no panorama atual, para dar destaque a algumas considerações sobre o que está implicado no fazer terapêutico dentro de um mundo pós-moderno, tendo como referência a possibilidade de trabalhar por uma cultura da paz.

## **A VIRADA DO SÉCULO**

### *Tendências demográficas – um recorte*

Como ingressamos no novo milênio? Quais as principais tendências observadas nas famílias contemporâneas? Reunindo dados do Censo 2000, dados do PNDA e SEADE, as principais tendências demográficas da população brasileira hoje com 182 milhões de habitantes, são:

- *Diminuição do número casamentos e aumento das uniões consensuais*
- *Aumento da idade média dos casamentos*
- *Definição e aumento de uniões estáveis entre casais homossexuais*
- *Ligeiro decréscimo de famílias nucleares com filhos*
- *Queda da fecundidade e diminuição do número de filhos*
- *Aumento de famílias monoparentais chefiadas por mulheres*
- *Aumento das famílias unipessoais*
- *Maior concentração de jovens que o Brasil já teve – ‘ONDA JOVEM’ (SEADE, 1998).*
- *Aumento no número e no tempo de permanência de filhos morando com os pais –*  
*GERAÇÃO CANGURU*
- *Crescente dificuldade de inserção do jovem no mercado de trabalho*
- *Diminuição da mortalidade infantil*

- *Aumento da mortalidade juvenil por causas violentas*
- *Aumento da incidência de gravidez na adolescência*
- *Aumento e expectativa de crescimento da população idosa*
- *Crescente número de separações e divórcios*

Este recorte apresenta um perfil da população brasileira do ponto de vista demográfico, cenário no qual se constituem as famílias com as quais trabalhamos. Implicações sociais dessas transformações fazem-se presentes e apresentam-se como desafios para as políticas públicas, leis, práticas de saúde e educação.

### ***Configurações e dinâmicas relacionais de famílias e casais***

No que diz respeito aos relacionamentos amorosos, o século passado foi cenário para intensas transformações da intimidade, resultando numa mudança dos costumes e no questionamento de valores e ideologias presentes na vida cotidiana. A diminuição dos casamentos legais, o crescente aumento das relações conjugais não formalizadas e o crescente número de divórcios ressaltam a insuficiência e inabilidade do paradigma moderno, fundado na dicotomia solteiro-casado, para dar conta das novas estruturas de parcerias. Se anteriormente aos anos 1970 vivíamos a ‘cultura do casamento’ de acordo com Hackstaff (apud SOUZA & RAMIRES, 2006, p. 77), calcada nas crenças de que o casamento era obrigatório e para sempre e o divórcio a última solução; estamos agora imersos na ‘cultura do divórcio’, tendo como valores e crenças que o casamento é opcional, circunstancial e o divórcio apresenta-se como uma solução. Num país como os Estados Unidos, por exemplo, a ruptura dos relacionamentos conjugais por divórcio, veio superar a morte de um dos parceiros como o contexto de término do casamento (PINSOF, 2002).

Contudo, apesar da queda da nupcialidade e aumento do número de divórcios, tendência mundial na virada do milênio, independentemente da forma de união, as pessoas continuam buscando um companheiro ou uma companheira para constituir um relacionamento comprometido, considerando o amor como o contexto para uma união feliz. Daí o casamento continuar a ser praticado, as uniões consensuais terem aumentado de frequência e um novo casamento ou uma nova união estável consistir numa expectativa para quem se separa ou se divorcia não importando a idade ou sexo. Se o tradicional “até que a morte os separe”, foi

substituído pelo “eterno enquanto dure”, o desejo de que esse eterno possa durar para sempre, está presente nos vínculos que estabelecem as novas parcerias amorosas. Um relacionamento íntimo compromissado, projetos compartilhados, companheirismo e respeito tanto pelas individualidades como pela vida em comum conformam as expectativas a serem realizadas num universo pluralístico que cria e recria a vida em família, numa variedade de arranjos de parentescos, domicílios e sistemas colaborativos.

As tendências pós-modernas reconhecem e legitimam experiências particulares de grupos e indivíduos, rejeitando as totalidades em geral, inclusive a de um estilo único de vida. No campo das práticas de convivência entre pessoas e famílias, a aceitação do diferente bem como do semelhante, implica na construção de significados compartilhados de aceitação de múltiplos códigos e mundos, num reconhecimento da sua heterogeneidade e legitimidade. Assim, se existe algo que se possa chamar de família pós-moderna, não se trata de um novo modelo de família, mas, da coexistência dessas distintas possibilidades, apoiadas na crença de que viver bem não depende de uma forma padrão. A nova mulher e o novo homem participam hoje de uma nova coreografia, definindo distintos arranjos não só para suas relações afetivo-sexuais, mas para a relação de cuidado e convivência com os filhos que geram. Neste multiverso de possibilidades de existência, nas suas múltiplas formas de configurações e de construção de sentido, como compreender o que vem a ser uma família? Em resposta a esta questão, Maturana (1998) considera como família:

[...] um domínio de interação de apoio mútuo na paixão por viver juntos em proximidade física ou emocional, gerado por duas ou mais pessoas (às vezes inclui outros seres vivos), seja através de um acordo explícito ou porque crescem imersos nele, no acontecer de seu viver. Como tal, uma família é sempre realizada através do viver daqueles que a integram, e constitui um domínio operacional onde seus membros realizam a si mesmos como indivíduos de maneira tal, que envolve a dinâmica de realização de suas corporalidades através de suas interações.” (pp. 161-162).

Alguém poderia questionar se toda família vive a paixão de viver juntos, em proximidade física ou emocional, diante de tanto sofrimento, situações de violência, hostilidade e desamor

vivididos pelas famílias que atendemos. No entanto, Maturana (op. cit.) dá tanta importância a esta condição amorosa nas relações familiares que considera que, quando acaba a paixão por viver juntos, na emoção do amor, a família se desintegra. Para ele, essa paixão por viver juntos constitui o compromisso fundamental de coexistência.

E de que formas distintas podem se organizar na paixão por viverem juntos, as famílias contemporâneas? Os múltiplos e variados arranjos familiares que co-existem hoje, configuram distintas dinâmicas e testemunham que viver bem não depende de um arranjo padrão. Neste panorama atual, Farias (2002) considera que não se trata mais de reconhecer os novos modelos familiares, cuja existência e visibilidade são inegáveis, mas sim de protegê-los. Aliás, a família deveria ser “o *locus* privilegiado para garantir a dignidade humana e permitir a realização plena do ser humano” (FARIAS, p.8). Diante de tantas possibilidades, temos enfrentado dificuldades em colocar em linguagem os novos vínculos que se apresentam, formados de tão distintas maneiras como os decorrentes de ‘barrigas de aluguel’; doação de óvulos ou esperma, trazendo inclusive implicações legais e éticas, e os casamentos em série de pessoas já com filhos. Por outro lado, já não temos apenas aquela tradicional representação da família presente nos desenhos que nós psicólogos costumávamos receber ao pedirmos às crianças. O que temos observado, pelo contrário, é que as crianças vêm representando o casamento como reversível, desmistificando a idéia dos pais unidos para sempre. Numa reportagem de um encarte da Folha de São Paulo (2006), uma criança representou graficamente sua família, explicando: “O namorado de minha mãe. A avó do meu irmão. O filho do marido da minha mãe. O pai da minha irmã. A mulher do meu pai. A mulher do pai do meu irmão”.

Contudo, independentemente de qual seja ela, na sua forma, extensão ou tradição, se uma família procura um terapeuta, apresenta algum dilema ou contradição existencial que resulta em sofrimento. Traz consigo as múltiplas histórias de cada um de seus membros, cada uma delas verdadeira no sentido da objetividade sem parênteses que nos fala Maturana. Assumindo a realidade como construção, toda história sobre a experiência vivida - embora não se possa dizer a “verdadeira” e única história - é legítima enquanto narrativa organizadora dos significados do vivido. Assim, seja lá qual for a história de cada um na família, ela é verdadeira e única para si, não havendo espaço para qualquer outra versão. Nesse sentido, a dinâmica operacional de uma família organiza-se a partir de uma rede fechada de conversações, conforme as afirmações de

cada membro tendem a ser absolutas, “[...] vividas como revelações ou descobrimentos de qualidades ou defeitos permanentes” nas relações (MATURANA, 1998, p. 163).

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A TERAPIA FAMILIAR E O TERAPEUTA

As práticas de terapia familiar, ao colocarem-se sob o guarda-chuva da pós-modernidade, independentemente da abordagem, trabalham a serviço de ampliar as alternativas de autonomia para uma vida digna e livre de sofrimento. Dentro deste contexto, a terapia coloca-se a serviço da *liberdade* e da *responsabilidade* consideradas por Maturana (1993) dimensões adicionais do ser humano. Ambas essas dimensões decorrem de um dar-se conta das conseqüências de nossas ações a partir da reflexão. A responsabilidade, para Maturana (op. cit., p. 248) implica em refletir [...] “se queremos ou não queremos as conseqüências de nossas ações e se agimos de acordo com esse querer ou não querer.” Num mesmo sentido, Tomm (1999) considera responsabilidade “[...] viver consistentemente com a consciência de que se gosta ou desgosta das conseqüências de suas próprias ações.” (TOMM, 1999, p. 131). Respostas a indagações como essas, ao permitirem uma ampliação da consciência ao entrelaçar desejo, ação e conseqüências, criam o contexto para o exercício da liberdade e para se fazer escolhas responsáveis, pois: “[...] não há ação sem desejo, e, não há ação responsável nem livre sem a consciência do que se quer” (MATURANA, 1993, p. 248).

Tais reflexões nos permitem incorporar à nossa existência uma postura ética, conforme consideramos a legitimidade das pessoas com quem nos relacionamos e assumimos que nossas ações não são inocentes, tendo implicações sobre pessoas e contextos. O espaço de convivência assim construído configura o que Maturana (op. cit.) define como o *social*. Nesse sentido, o social pode ser compreendido como um espaço ético, que acontece nas ações que se dão no amor. Verden-Zöller (in MATURANA & VERDEN-ZÖLLER, 1997) considera que toda vez que se destrói o amor, desaparece o social.

Como pensar então sobre as práticas da terapia e suas implicações sobre o futuro da família? Como ser humano, na convivência com as pessoas que nos procuram como terapeutas, nossa ação nos implica e jamais será inócua. Portanto, parte das responsabilidades de um terapeuta começa pela consideração das conseqüências possíveis da prática que desenvolve para seus clientes - sejam eles uma pessoa, família ou comunidade. É sob essa ótica - da

responsabilidade, liberdade, ética e convivência social - que passo então a considerar algumas poucas, mas, relevantes e instigadoras questões sobre o fazer do ofício do terapeuta familiar.

## **DESENVOLVENDO RESPONSABILIDADE**

- ***Quanto ao uso das palavras e perguntas***

Um dos aspectos importantes a se considerar é que o terapeuta é uma pessoa que detém um lugar de saber, manifesto nas suas narrativas que se dão nas conversações terapêuticas. Suas palavras são investidas de poder e têm para os clientes um status de verdade. Grandesso (2000) ao entrevistar clientes que havia atendido numa abordagem terapêutica pós-moderna, estruturada por uma atitude de não-saber e ignorância respeitosa, compreendeu que a terapeuta era pós-moderna, mas os clientes, modernos. O terapeuta, “[...] no entender dos clientes, sabe mais das suas próprias vidas do que eles mesmos.” (GRANDESSO, 2000, p. 383). Quando as pessoas buscam por terapia, vêm em busca de explicações objetivas, espécies de certezas sobre seus problemas e suas soluções. Mesmo que o terapeuta não o faça, o cliente o coloca no lugar de especialista, [...] “atribuindo às suas falas um status e lócus privilegiado das metaposições.” (op. cit., p 383).

Assim, se responsabilidade, liberdade para traçar seus próprios caminhos e posicionamento ético implicam em reflexão sobre as conseqüências das ações e sobre o referendar ou não tais conseqüências, cumpre ao terapeuta indagar-se - quais as palavras de que faz uso para referir-se às identidades das pessoas? São elas convidativas para deixar em evidência a pessoa em questão como protagonista de suas histórias, legitimadas como autoras de suas próprias vidas, ou suas palavras levariam ao risco de culpabilização e manutenção de uma estreita visão de si mesmas? Estão suas perguntas e respostas favorecendo o potencial das pessoas para responderem às suas necessidades de forma autônoma, encorajando-as a comportarem-se responsabilmente e ampliando sua consciência de que podem fazer escolhas preferidas (1999)? Que valores estão sendo veiculados nas narrativas co-construídas nessas conversações? Enfim, o terapeuta está consciente se gosta ou não das conseqüências de sua ação como terapeuta com essa pessoa ou família específica? Tomm (1999) considera a conversação como o principal meio de desenvolver consciência. Assim considerando, com quem tem o terapeuta conversado? Na sua busca de ação responsável, qual a sua consciência dos efeitos reais, não necessariamente intencionais, de suas ações enquanto terapeuta? Qual a sua consciência sobre seu gostar ou não

desses efeitos? Como tem se perguntado pela sua coerência e consistência em relação aos seus propósitos?

Se desejarmos contribuir para construir um mundo mais digno, justo, formado por pessoas responsáveis, de consciência ampliada para fazer escolhas preferidas, mas éticas no sentido definido aqui, precisamos construir uma conversação construtiva fundada no diálogo e na reflexão. Tomm (1999) afirma que se pode fazer isso, levando os clientes a refletirem sobre suas ações e seus efeitos possíveis, não só para si próprios, mas para os outros e seus contextos de vida. Para Tomm, quando os clientes se dão conta de não gostarem dos efeitos encontrados, podem ser encorajados a gerar novos caminhos, conduzidos pelas perguntas do terapeuta sobre alternativas possíveis e preferidas. Para isso, cumpre não cair na armadilha da boa intenção. É crucial, nesse sentido, poder diferenciar entre efeitos intencionados e efeitos encontrados. Focar sobre os efeitos intencionados não ajuda a assumir responsabilidade pela escolha por agir de uma determinada forma, conforme dá maior valor à intenção do que às conseqüências das ações. Por outro lado, só tem sentido um terapeuta falar em favorecer uma ação responsável, se agir coerentemente com esses valores. Um terapeuta, como qualquer outra pessoa, não pode ensinar alguém a ser relacionalmente responsável. No entanto, pode fomentar responsabilidade pela sua interação com as pessoas, colocando em prática a responsabilidade relacional (ANDERSON, 1999). Assim, Tomm (op.cit.) sugere que o terapeuta submeta suas perguntas à sua própria apreciação, indagando-se sobre seus efeitos. Estão elas favorecendo a abertura para a ampliação da consciência ou gerando fechamento, constrangimento ou culpa?

- ***Quanto à construção da compreensão dos problemas trazidos pelas famílias - lentes e preferências do terapeuta***

Um de nossos pressupostos como terapeutas pós-modernos é que construímos nosso mundo a partir das distinções que fazemos e pela forma como negociamos significados na linguagem. Como não temos um lugar de acesso à realidade objetiva, nossas distinções refletem nossas lentes e nossas preferências, colocando a objetividade entre parênteses, conforme o define Maturana.

O modelo de pensamento da pós-modernidade mudou radicalmente o lugar da teoria nas ciências, uma vez que não se tem como definir e validar em termos objetivos, o que vem a ser uma boa teoria. Não se tem como sustentar a existência de uma teoria acurada, que possa guiar uma ação segura. Contudo, Cecchin, Lane & Ray (2002) consideram que a idéia de que, se não se

tem uma teoria verdadeira todas perdem o seu valor, é um dos principais riscos do pós-modernismo. O que importa, segundo eles, não é saber se a teoria é precisa e certa, mas, se pode ser bem empregada na terapia. No entanto, como uma forma de linguagem, uma teoria tende a ter como uma consequência, o favorecimento de uma forma de ação em detrimento de outra. Do ponto de vista da ação responsável, liberdade de escolha e ética relacional cumpre ao terapeuta olhar para sua prática e perguntar-se - Que mundo e que relacionamentos essa teoria ajuda a construir pelas narrativas e metáforas que propõe sobre as pessoas e suas vidas?

Da mesma forma, se ao invés das distinções feitas pelo terapeuta na sua relação com seus clientes, como seria se ele fizesse outras? Cumpre lembrar que, de acordo com esse posicionamento pós-moderno, o 'real' surge nas operações de distinção que fazemos, e, embora possamos operar com a objetividade entre parênteses que Maturana propõe, a distinção que fazemos dirige nossas conversações e ações. É importante considerar também que nossas lentes para distinguir, não foram construídas na solidão. Cumpre indagar assim, quais os interlocutores e quais os contextos de vida que co-autoriaram as narrativas que organizam nossa experiência? O terapeuta, nesse sentido, pode ampliar sua consciência e a possibilidade de agir de forma mais responsável, ao abrir espaço para ter suas preferências questionadas (TOMM, 1999). Afinal, todo terapeuta tem uma responsabilidade social, conforme seus clientes lhe concedem um poder para interferir em suas vidas.

- ***Da responsabilidade individual para a responsabilidade relacional***

Ainda em relação à responsabilidade, McNamee & Gergen (1999) consideram que o discurso sobre a responsabilidade individual e suas consequências sobre a ação é extremamente limitado, intelectual, ideológica e pragmaticamente. Os autores fundamentam essa consideração numa análise crítica das consequências não desejadas da ideologia da individualidade. A busca incessante de satisfação dos impulsos individualistas coloca em risco o bem estar coletivo, transformando os outros e as relações em utilitários, tendo seu valor derivado do bom retorno que proporcionam. Além do mais, se os critérios para definir o que é melhor, bom e certo forem predominantemente individuais não há espaço para divergências, fomentando, segundo os autores, intermináveis conflitos em torno de preceitos ideológicos e morais.

Quando associamos responsabilidade com tomada de consciência das consequências de nossas próprias ações estamos tendo como referência uma ação individual. No entanto, num

sentido Bakhtiniano, nenhuma consciência é auto-suficiente, encontrando-se sempre num intenso relacionamento com outras consciências. Como vivemos em múltiplos domínios da existência, e nos construímos a partir de nossas relações, inúmeros outros povoam nossas histórias, de modo tal que somos todos ‘multivozes’ (Bakhtin, 1997). Nesse sentido, em cada pessoa, em cada um de nós, habitam inúmeros outros, mesmo se não nos dermos conta que não estamos sós quando falamos e agimos da forma como o fazemos. Assim, um terapeuta pode ampliar a autoconsciência necessária, a sua e a das pessoas e famílias a quem atende, ajudando a construir um futuro que promova a transformação social, desenvolvendo responsabilidade, promovendo a liberdade e a ética, ao convidar outras vozes para o contexto da terapia. Quais as conversações precedentes que sustentam as palavras, os gestos e as ações e crenças das pessoas em terapia e quais os relacionamentos que lhes dão sentido?

McNamee & Gergen (1999), de acordo com essas reflexões, consideram que o que parece uma ação autônoma, traz sempre as marcas de uma miríade de outras pessoas. Perguntar-se pelos outros presentes nas ações que estão sendo praticadas, apresenta-se como um meio possível de ampliar a consciência e de possibilitar a escolha do mesmo caminho ou da construção de alguma outra alternativa. Uma vez que o mundo em que vivemos é co-construído por nós e pelos inúmeros outros presentes em algum momento de nossa história, McNamee e Gergen (op. cit) afirmam a importância de perguntas tais como – “Quem está falando ou agindo aqui; quem está ouvindo; que vozes não estão sendo ouvidas; que *selves* estão sofrendo; por que estas vozes são dominantes e não outras; como podemos favorecer as vozes e o potencial suprimido?” (MCNAMEE & GERGEN, 1999, p.13). Trazer para o cenário da conversação presente as conversações precedentes que lhes dão sustentação e o contexto a partir do qual as palavras e ações têm significado, amplia o sistema que está em terapia para além de nossa sala, favorecendo desenvolver não apenas uma autoconsciência, mas também uma consciência crítica, necessária para escolhas responsáveis.

Contudo, se pudermos expandir o foco de nossas conversações com as famílias que atendemos para incluir grupos e relações entre grupos, ou seja, relação entre relações entrelaçadas com múltiplos contextos e significados, estaremos, possivelmente, fazendo uma terapia culturalmente engajada. Monk & Gehart (2003) consideram que um terapeuta que desenvolve sua prática de acordo com essa postura, procede como uma espécie de ativista sócio-político. Ainda assim, para ser uma prática transformadora a serviço de um futuro melhor, precisamos

construir a relação terapêutica a partir da objetividade entre parênteses conforme propõe Maturana (1998). Desta forma, estaremos contribuindo para ampliar o foco para o multiverso que promove distintos domínios da existência, igualmente legítimos, mas não igualmente desejáveis:

“[...] o fato que todos os domínios da realidade sejam igualmente válidos, [...] ainda que não sejam igualmente desejáveis [...], somado ao fato de que tudo o que os seres humanos fazem tem lugar dentro da constituição de um domínio de coexistência humana, faz de toda ação humana uma afirmação ética que valida um modo de conviver” (MATURANA, 1998, p. 158).

Se quisermos, enquanto terapeutas, desenvolver práticas que ajudem a construir um futuro melhor, precisamos criar um contexto em que a compreensão do sofrimento que leva pessoas e famílias à terapia possa ser expandida para os atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente, no processo de terapia. Isso envolve a já clássica pergunta, nosso conhecido recurso para definição do sistema terapêutico – Quem está envolvido em conversação em torno deste problema, como e por quê? Ainda tem sido muito difícil pensar a terapia para além da família, incorporando dimensões presentes, mas muitas vezes ocultas, tais como – cultura, etnia, classe, gênero e orientação sexual, embora, tudo isso faça parte dos nossos discursos. (MCGOLDRICK, 1998; TAMASESE & WALDEGRAVE, 1993). Essa é uma forma de fazer uma terapia a favor de um comprometimento responsável (*accountability*) da pessoa consigo mesma, com aqueles com quem desenvolve seus vínculos de afeto, com seus múltiplos contextos de pertencimento. Assim, embora cada pessoa, cada família, cada comunidade que atendemos continuem sendo únicas nos múltiplos sistemas que constroem, sua história apresenta origens políticas, sociais e culturais.

Como terapeutas pós-modernos, estamos sempre desafiados a construir nossos caminhos por territórios desconhecidos e sem mapas, tendo como guias justamente as pessoas que ns procuram e esperam pela nossa ajuda (GRANDESSO, 2000). Isso implica numa posição de humildade de modo a construir um contexto de proximidade, escuta aberta e aceitação das diferenças para que cada membro da família possa sentir-se respeitado e compreendido. Maturana (1998) afirma que, se no decorrer desse processo a paixão por viver juntos surgir, teremos então uma outra família, cuja característica constitutiva não mais será o sofrimento de

seus membros. Uma terapia a serviço da responsabilidade individual, mas também da relacional, promove o cuidado consigo mesmo e com o outro, favorece o respeito e legitimação da alteridade, abrindo espaço para a coexistência. Nesse sentido, tal prática pode ser compreendida como uma terapia para o amor e, portanto, para a paz. Para a pessoa do terapeuta, agir coerentemente com esses princípios implica que se pergunte - quem sou eu, terapeuta; de que lugar estou falando; que vozes falam através de minha linguagem e ação; quais os valores envolvidos nos significados que estou construindo? Questões como essas implicam a necessidade de examinar os efeitos de nossas práticas, no sentido de caminhar na direção preferida de desenvolver tanto contextos de autonomia, como de comprometimento com o outro e o entorno. Este é o caminho possível de favorecer tanto a responsabilidade individual como a relacional, promovendo a liberdade de fazer escolhas orientadas pela responsabilidade e ética das relações (MORIN, 2005).

### ***FINALIZANDO...***

Diante de tantas alternativas de vida, o mundo da família contemporânea poderá parecer, para alguns, uma espécie de caos em que tudo pode se dar. Nesse sentido, diante de tão diferentes línguas, Parry & Doan (1994) se perguntam “[...] vivemos uma nova Torre de Babel ou um novo Pentecostes?” (p. 20). Segundo consideram, para muitas famílias que buscam a terapia, parece ser a primeira alternativa.

Muitas dessas histórias multilíngües fazem-se presentes, mesmo que implícitas, nos discursos dominantes que acabam restringindo as possibilidades evolutivas das famílias em sofrimento. Como nenhuma história ou texto apresenta-se só, temos que nos perguntar pelas histórias que estão dentro de uma história. Ajudar as famílias situarem os jogos de linguagem a partir dos quais vêm construindo seu mundo e também o dos outros, favorece a libertação da tirania do *único* e do *mesmo*, abrindo espaço para a construção de novas narrativas contemplando o *diverso* e o *diferente*. McGoldrick considera que a maior ameaça à civilização é o fracasso em tolerar a diversidade. Se o terapeuta trabalhar a serviço de promover um diálogo nessa aparente Torre de Babel, tendo como decodificador o respeito, a conectividade e a responsabilidade relacional, estará, certamente, abrindo espaço para um futuro em que cada um e todos possam se comprometer em construir e preservar. Isto demanda por um constante questionamento dos valores que estão sendo mantidos, explícita ou implicitamente, nas histórias que ajudamos a

construir no que diz respeito à diversidade cultural; ao respeito pelo outro, em particular pelas crianças e idosos; à igualdade de direitos entre homens e mulheres; aos que assumiram suas preferências homossexuais; aos que nasceram com sua pele mais pigmentada; aos menos favorecidos economicamente. Isto exige do terapeuta uma postura de “eterno aprendiz”, como diz a nossa música.

Termino deixando um exercício de humildade, sugerido por essa frase que Cecchin destaca no seu livro sobre a irreverência do terapeuta:

Como é que se pode aprender em dez minutos tudo o que se pode saber sobre a Nebulosa de Caranguejo, que está há seis mil anos luz, enquanto se necessita toda uma vida para começar a compreender a nós mesmos? - Walker Percy –  
*Lost in the Cosmos.*

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, H. Collaborative learning communities. In S. McNamee & K. Gergen and Associates, *Relational Responsibility: Resources for sustainable dialogue*, 65-70. California: Sage Publications, 1999.
- BAHKTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1997 (1ª edição, 1929).
- CECCHIN, G., LANE, & RAY, W. A. *Irreverencia una estrategia de supervivencia para terapeutas*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- FARIAS, C. C. *A família da pós-modernidade: em busca da dignidade perdida*. Disponível em <http://www.revistapersona.com.ar/Persona09/9farias.htm>, 2002.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Folha equilíbrio: *Olhar infantil*, p. 6-9, 06 de abril de 2006.
- GERGEN, K. J. & GERGEN, M. *Social Construction. Entering the dialogue* Taos: 2004.
- GRANDESSO, M. A. *Sobre a reconstrução da realidade: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- MATURANA, H. R. *Da biologia à psicologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- MATURANA, H. R. *El sentido de lo humano*. Santiago, Dólmén, 4ª edição, 1993.

- MATURANA, H. R. y VERDEN-ZÖLLER, G. *Amor y juego: fundamentos olvidados de lo humano*. Santiago: Editorial Instituto de Terapia Cognitiva, 1997.
- McGOLDRICK, M. Introduction: Re-visioning family therapy through a cultural lens. In M. McGoldric, *Re-visioning family therapy: race, culture and gender in clinical practice*, Chap. I, 3-19. New York: The Guilford Press, 1998.
- McNAMEE, S. & GERGEN, K. *Relational responsibility: resources for sustainable dialogue*. California: Sage, 1999.
- MONK, G. & GEHART, D. R. Sociopolitical activist or conversational partner? Distinguishing the position of the therapist in narrative and collaborative therapies. *Family Process*, 2003, 42: 19-30.
- MORIN, E. *O método 6: Ética*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- PARRY, A. & DOAN, R. E. *Story re-visions: narrative therapy in the postmodern world*. New York: The Guilford press, 1994.
- PINSOLF, W. M. The death of “till death us do part”: the transformation of pair-bonding in the 20th century. *Family Process*, 41: 135-157, 2002.
- SOUZA, R. M. & RAMIRES, V. R. R. *Amor, casamento, família, divórcio... e depois, segundo as crianças*. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *20 Anos no ano 2000 – Estudos Sociodemográficos sobre a Juventude Paulista*. São Paulo: SEADE, 1998.
- TAMASESE, K., & WALDEGRAVE, C. Culture and gender accountability in the ‘just therapy’ approach. *Journal of Feminist Family Therapy*, 5(2), 29-45, 1993.
- TOMM, K. Co-constructing responsibility. In S. McNamee & K. Gergen and Associates, *Relational Responsibility: Resources for sustainable dialogue*, 129-137. California: Sage Publications, 1999.